

Diário da Assembléia

N.º 2.447/2.448

CURITIBA, 27 E 28 DE ABRIL DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLIVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMILIO CARAZZAI
ERONDI SILVEIRO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIER GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza, 2.º Vice-Presidente: David Federmann, 1.º Secretário: Gabriel Manoel, 2.º Secretário: Haroldo Bianchi, 3.º Secretário: Olivio Belich, 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Tullio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvio Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS
PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélis Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvio Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Pregonese

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvio Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio

Francioni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Isacards Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Seme Sato — Tullio Vargas — Armando

Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvio Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio

Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo

Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo

Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO LEGISLATIVO N.º 186-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar os Decretos Legislativos nrs. 323-69 e 172-69, respectivamente, de 17 de abril de 1968 e 25 de março de 1969, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 23 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 187-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.901, de 15 de abril de 1970, deste Poder

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, adiante indicados, a prestarem serviços extraordinários no Gabinete da Presidência, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril do corrente ano: Manuel Fernandes Maia Junior — Chefe de Gabinete, Laertes Luiz Foggiato, Edgar Tavora Junior, Maria Elisabete Poli, Aleli dos Santos, Clovis Freitas, Edouard Elias Thomé, Ophir Fabelino de Souza, João Farias, Antonio Silva Manoel Pinheiro Cangussu e José Ari Nassif.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 188-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar os Decretos Legislativos nrs. 122-69 e 228-69, respectivamente de 10 de março de 1969 e de 05 de maio de 1969.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 189-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1.949, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, adiante indicados, a prestarem serviços extraordinários: José Joaquim Myrtes Magda Gomes, Alvaro Sergio Maravalhas, a partir de 1.º de abril do corrente ano, percebendo um terço (1/3), de seus vencimentos básicos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 190-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.954 de 14 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E :

designar Celia Maria Gracia Hatschbach, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 191-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.961 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários baixo relacionados para exercerem no Gabinete da 4a. Secretaria as seguintes funções, percebendo gratificação de função e de representação, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

- Atílio Pereira Lima — Chefe de Gabinete (5-F)
- Geni Carneiro — Auxiliar de Gabinete (6-F)
- Alceu da Silva Oliveira — Auxiliar de Gabinete (6-F)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 192-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.951 de 16 de abril de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, no Gabinete da 2a. Secretaria, percebendo gratificação correspondente a um (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril de 1970: — Frederico Alfredo Pedroni, Gerson Evangelista Passos, José Guilherme Figueiras, Raimundo Carlos Capela Pioli, Maria Hericília Sotto Maior Câmara, Thor Baranhuk, Adel Metring Francalacci Espinola,

João Maria Jesus Campos de Araujo e Sofia Koloski.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 193-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo, protocolado sob o n.º 2.090 de 22 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E :

designar Walfrido Ribeiro de Camargo, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, para prestar serviços de Assistência Técnica, no Gabinete da 2a. Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1970.

- a) Francisco Escorsin — Presidente
- a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário
- a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 194-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

designar os funcionários Flodoaldo Trindade, Rubens Padilha Mendes e Dorian Salgado Bueno, para, sob a presidência do primeiro, constituírem comissão de estudos, com a finalidade de reformulação do Decreto Legislativo n.º 573-67 de 29 de novembro de 1967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de abril de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 195-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo n.º 305-68 de 4 de abril de 1968, na parte que se refere a Divonizir Arthur Gusso, a partir de 1.º de abril de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de abril de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 196-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.903 de 15 de abril de 1970, deste Poder.

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 142, alínea a, § 1.º, da Lei n.º 293, de 24 de novembro de 1949, os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, adiante indicados, a prestarem serviços extraordinários no Gabinete da 1a. Secretaria, percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) dos respectivos vencimentos básicos, a partir de 1.º de abril do corrente ano: Gilson Benedito de Lara Manoel, Oswaldo Marques, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, Sergio Manoel Popla de Cercial, Armando Soichi Iwala, Carlos Augusto Fernandes, Alcides Zonato, Raul Zipperer, Casemiro Marques, João Caxias Urban, Celly Eucelia Galiano Andrade.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de abril de 1970.

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
- a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
- a) HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 197-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1.656 de 7 de abril de 1970, deste Poder,

R E S O L V E :

designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem no Departamento Administrativo as seguintes funções, percebendo as gratificações inerentes ao cargo, a partir de 1.º de abril do corrente ano:

GABINETE DO DIRETOR

Edu Liberti — Auxiliar de Gabinete

DIVISAO DE EXPEDIENTE

Luiz Fernando Tatará Ribas — Chefe de Divisão
Antonio Carlos Dantas — Chefe da Seção de Autografia
Neusa Olívia Melara — Chefe da Seção de Correspondência

DIVISAO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Amado Zonato — Chefe de Divisão
Normando Pedro Culpí — Chefe da Seção de Cadastro
Dulio Dias — Chefe da Seção de Almoxarifado
Humberto Moro Redeschi — Chefe da Seção de Compras
Nelson Ferreira de Araujo Filho — Chefe da Seção de Conservação e Manutenção

DIVISAO DE PROTOCOLO

Ignês de Oliveira — Chefe de Divisão
Maria do Carmo de Oliveira — Chefe da Seção de Movimentação de Processos
Antonio Massuchetto — Chefe da Seção de Expedição

DIVISAO DE DOCUMENTAÇÃO

Sergio Zacarias — Chefe de Divisão
Celso Faraco — Chefe da Seção de Arquivo
Joubert da Silva Santos — Chefe da Seção de Documentação Histórica
José Cláudio Luz — Chefe da Seção de Estatística

DIVISAO DE SERVIÇOS GERAIS

Antonio Alves Carneiro — Chefe de Divisão
Abel Frediano Marchiorato — Administrador Geral
Antonio Leandro — Chefe da Seção de Portaria
Jandir Nardin — Chefe da Seção de Limpeza e Conservação
Antonio Gulbino — Chefe da Seção de Telefonia
Luiz Carlos Licheski — Chefe da Seção de Atendimento ao Plenário

Manoel de Oliveira — Chefe da Seção de Transmissões
 Derival Matoso de Oliveira — Chefe de Seção de Copa e Cosinha
 Jonas Zampier — Chefe da Seção de Transportes
 Palácio "Dezenove de dezembro", em 30 de abril de 1970.
 a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
 a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
 a) HAROLD BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 196-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.836 de 14 de abril de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

designar Maria Hercília Soto Maior Camara, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete da 2ª. Secretaria, percebendo as gratificações inerentes, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de abril de 1970

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
 a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
 a) HAROLD BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 199-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 913-70, de 26 de fevereiro de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Sinhorinha Bernardi, ocupante do cargo de nível PL "5", isolado de provimento efetivo, de Zelador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%), sobre os seus vencimentos, a partir de 16 de setembro de 1.969, data em que completou cinco (5) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de abril de 1970

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
 a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
 a) HAROLD BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 200-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.224-70, de 13 de março de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, inciso I, da Constituição Estadual, a Frederico Corderio Wilmund, ocupante do cargo de nível PL "12", da carreira de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 20 de janeiro de 1.970, data em que completou cinco (5) anos de Serviço Público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de abril de 1970

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
 a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
 a) HAROLD BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 201-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 1.294-70, de 18 de março de 1970, deste Poder.

RESOLVE:

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, de acordo com o Art. 73, da Constituição Estadual, em favor de Luiz Alberto Soffiatti Cassal, ocupante do cargo de nível PL "18", da carreira de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo líquido de um (1) ano, nove (9) meses, e um (1) dia, compreendido entre 3 de julho de 1.947 e 6 de julho de 1.949, em que prestou serviços à Prefeitura Municipal de Curitiba, conforme o apurado em certidão.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de abril de 1970

- a) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
 a) GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
 a) HAROLD BIANCHI — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 25.ª Sessão Ordinária Realizada em 27 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Arthur de Souza e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antonio Lopes Jr., Armando Queiroz, Abraão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silveiro, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli e Tullio Vargas (28), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados David Federmann, Agnaldo Pereira Lima, Fund Nacil, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, de acordo com as prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 35/70, oriundo de Mensagem Governamental n.º 8/70.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1970.

(a) — Arnaldo Busato.

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso das suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER seja inserido em A.A. dando-se conhecimento ao senhor Governador do Estado, um voto de profundo pesar pela catástrofe que ocasionou a destruição do TEATRO GUAIARA que iria, em breve, ser inaugurado.

Sala das Sessões em 27 de abril de 1970.

(a) Fabiano Braga Côrtes.

JUSTIFICATIVA:

Nossa proposição é motivada pela grande tristeza que domina todo o Estado do Paraná pela destruição pelo fogo, em poucas horas, de um trabalho de quase vinte anos; a construção do TEATRO GUAIARA.

Quis a fatalidade, ou, ainda ignorância, a perversidade de bandidos, que aquele que iria ser um monumento de cultura, verdadeira templo, o espelho das artes e do trabalho de todos os paranaenses, seja, agora, um montão de ruínas enegrecidas.

Transmitimos nosso pesar ao senhor Governador do Estado e, ao mesmo tempo, confiantes na capacidade de recuperação do nosso povo, no espírito forte e decidido de quem o governa, possamos, ainda neste Governo de Paulo Pimentel assistir a reconstrução do nosso tão desejado TEATRO GUAIARA.

O SR. PRESIDENTE. — Está finda a leitura do Expediente. Está livre a palavra para o Pequeno Expediente.

O SR. JOAO MANSUR. — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requiero verificação de quorum para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa depara o sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados.

(E feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 13 srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR. — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Desejo, na oportunidade em que uso da palavra, fazer um apelo a todos os srs. Deputados para as matérias de grande relevância que estão em curso nesta Casa, ou que deverão vir, por estes dias, para nosso estudo, para o debate e para nossa apreciação.

Em primeiro lugar, quero solicitar, de modo especial, aos caros Deputados advogados militantes para o Regimento de Custas, cujo avulso já foi distribuído. Infelizmente, o trabalho que aí está não corresponde à realidade do Paraná de hoje. Quem trabalha no exercício da advocacia, nas diversas comarcas do interior, verifica que nem sempre aqueles trabalhos mais importantes, cuja responsabilidade é grande, como o trabalho dos escrivães que têm que manter ainda empregados, não está devidamente aquinhado.

No entanto, outros serviços muito menores e de menor responsabilidade, o preço está bastante elevado.

Vou sugerir, na primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que esse trabalho seja encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, para estudo, para sua apreciação e para sugestões que julgarem oportuna oferecer a esta Casa. Ninguém melhor do que a Ordem dos Advogados do Brasil para oferecer um estudo técnico, um estudo perfeito, a fim de que ele possa corresponder à realidade e atender os reclamos não só dos escrivães, mas também das partes que têm que recorrer à Justiça.

Coloco também, como matéria prioritária para nosso estudo e debate, a Lei Orgânica dos Municípios e acima da Lei Orgânica entendo que há necessidade de que entremos, de imediato, no estudo e no preparo do nosso Regimento Interno.

O Regimento Interno da Casa deve estar de acordo com a realidade constitucional vigente e o que temos não corresponde com a realidade.

O sr. Olivir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero congratular-me com V. Exa. pelo seu pronunciamento. Aliás, há dias, levantamos desta tribuna a necessidade urgente de estudos relacionados com as matérias que V. Exa. se referiu, quais sejam Lei Orgânica dos Municípios e Regimento Interno da Casa.

Estamos no ano político e temos a impressão de que a partir de junho ou julho esta Casa dificilmente poderá realizar sessões por falta de quorum. Daí porque tem razão V. Exa. quando apela no sentido da Casa iniciar, desde já, o trabalho e a análise do estudo destas matérias.

O SR. ANTONIO LOPES JUNIOR — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. que, aliás, tem sido um dos parlamentares que mais tem se interessado por assuntos desta natureza.

Evidentemente, como disse V. Exa. sendo este um ano eleitoral é possível, é verdade mesmo que o segundo semestre restarão poucos dias da semana para nosso trabalho legislativo.

Daí porque devemos dar todo nosso esforço neste primeiro semestre, a fim de que em 30 de junho o Paraná tenha estas Leis em dia para a sua necessária meditação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao segundo orador inscrito, sr. deputado Erondy Silveiro.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): — "Muitas vezes é difícil para o homem comum, para o homem do povo, atribuído por suas preocupações pessoais, analisar com clareza e justiça um programa de governo, um plano de obras."

Na abstração da palavra escrita, uma estrada é uma estrada, uma escola é uma escola, manuseando o seu jornal, ou lançado por qualquer das vias de informação do governo, o homem comum, o homem do povo, vê as coisas com o espírito analítico e frio, perdendo muitas vezes a projeção humana daquilo que foi construído ou criado.

Deficiência do nosso homem comum? Não. Hoje não há tempo para grandes filosofias em torno do cotidiano. Se há uma nova estrada, uma nova escola, muito bom. Mas ninguém se indaga, nem poderia, das consequências desse feito novo na vida da comunidade.

Tudo é consequência de nossa própria evolução social, que exige demais de um lado, em participação, roubando nos tempo para examinar com clareza o que se passa nos setores aos quais não estamos especificamente entrosados.

Nós, porém, como políticos, temos a obrigação de enxergar sob um prisma mais amplo. A visão global, panorâmica, de tudo que se passa na comunidade que representamos, é exigência básica de nosso bom desempenho como

homens públicos. É essa visão que nos dá condições de análise e de crítica de tudo quanto se faz, ou se deixa de fazer, em favor de nossos mandatários.

Na verdade, só nós temos como atribuição específica olhar, pensar, analisar e opinar sobre o que se constrói para a comunidade. Somos eleitos e somos pagos para olhar uma nova escola e ver sua influência sobre toda uma geração, de um bairro ou de uma cidade, a espalhar através dos tempos seus efeitos benéficos, como se fosse pedra jogada em água tranqüila. Vemos o custo de vida de Curitiba que vai baixar com a nova estrada, as perspectivas de promoção econômica do lavrador que nos abastece. Vemos o esforço, vemos o resultado. E a nossa posição, no final de uma administração estadual que coincidiu com nossos mandatos, é de dívida. Devemos aos nossos eleitores, aqueles que nos confiaram delegação, a obrigação de prestar testemunho. Dizer-lhes, claramente, o que foi feito ou deixou de ser feito, na esfera de Governo Estadual.

É com este espírito que a bancada da ARENA, através da totalidade de seus membros, tem vindo a esta tribuna, diariamente, para analisar setores de administração. São curtos depoimentos, pequenos flashes, através dos quais queremos fazer sentir a toda a povo aspectos que talvez lhe tenham passado despercebidos, nas conquistas destes quatro anos.

O depoimento que temos a dar é de que, toda a obra deste Governo, o que se viu colocado sempre em plano preferencial foi o homem.

Lógico que o homem — poderá alguém argumentar. Nada do que se faz é inútil, duvidante, ou visando feras. Tudo que o homem realiza é para o homem.

Mais há, na obra deste Governo, uma intencionalidade mais profunda, mais veramente, de alcançar o homem. Nota-se o fato de as modificações no setor do ensino. Investimentos brutais, dolorosos até para a economia do Estado, para implantar mais escolas, pagar melhores professores, atrair o maior número possível de alunos e dar-lhes educação integral. Houve uma conquista numérica: há escolas em todos os municípios do Estado, pouco se fala em déficit de vagas, porque está quase totalmente suprido. O Paraná é hoje um Estado que não se abala com seu próprio crescimento demográfico, no setor do ensino. Em entrevista à imprensa, o Secretário de Obras Públicas, engenheiro Enéas Muniz de Queiroz, foi até mais longe, afirmando que hoje se constrói para o futuro. Isso num quadro em que a demanda de vagas escolares é tanta, que o Governo viu-se obrigado a instalar duas fábricas de salas de aulas pré-fabricadas, que funcionam a todo o pano para cobrir as necessidades do interior.

A conquista qualitativa do ensino, entretanto, é que nos parece de maior importância. É um esforço imenso que se faz para remunerar melhor o magistério, treinar bem, dar a filiação de professores a estabilidade funcional que outros governos haviam negado. Em contrapartida, exige-se. Hoje, está implantado o calendário escolar subordinado ao calendário agrícola, os métodos pedagógicos foram revistos e estão modernizados.

No meu chão, Curitiba, tivemos duas obras notáveis, também realçadas pelo engenheiro Muniz de Queiroz, em sua entrevista à imprensa: — o Grupo Tiradentes, que será Escola Primária padrão, é o novo Instituto de Educação, destinado a ser um dos maiores centros de formação de magistério do País.

São obras cuja profundidade humanística iminente não pode passar despercebida. É um Governo que estrutura todo o futuro do Estado numa filosofia, a filosofia do ensino, segundo o qual o homem é melhor investimento.

Ainda em Curitiba, — analisando rapidamente algumas setoras mencionadas pelo Secretário de Obras — tem-se a nova rede de abastecimento d'água, que está sendo renovado e ampliado num trabalho silencioso, de pequena repercussão. Será um trabalho de muitos anos, que se ampara numa obra de visão resiliada pela administração Paulo Pimentel: — o complexo de adução do Rio Ivaí, capaz de abastecer Curitiba até o ano 2000.

Temos também o Presídio de Mulheres, o Lar Escola Ivone Pimentel, dezenas de outras obras que não me ocorrem; reformas, na maioria, dos estabelecimentos do Estado. Tivemos a ampliação da rede telefônica, que apenas se inicia. Com um pouco de paciência, todos verão como a TELEPAR fará os "mudinhos" falarem corretamente. E, o que é principal, falar com o interior e com as principais capitais do País; pelo sistema de discagem direta, trazendo para a nossa geração um dos milagres da eletrônica moderna.

E o preço melhor acomodado. As meninas abandonadas ganhando profissão. Os Curitibaanos e os Paranaenses integrando-se no século, com capacidade de comunicação fácil, farta e de alcance distante.

Lendo a entrevista do Secretário de Viação, verá o paranaense o volume das obras realizadas, levando escolas, água, saneamento, combate à erosão, eletrificação rural ao homem do interior. Verá que a atual administração constituiu mais salas de aulas que suas predecessores somadas; que construiu mais de 1.200 kms. de estradas, superando o que existia até há quatro anos atrás; que instalou mais água, que ampliou o disponível energético mais, muito mais, que as administrações antecessoras. Porém, talvez o paranaense veja apenas números frios, cifras que não aqueçam.

Nosso depoimento de hoje, portanto, leva essa finalidade. Que o paranaense não veja mil e trezentos quilômetros de asfalto, como um milhão e trezentos mil de pavimento, mas como milhões de outros paranaenses vivendo melhor, ganhando mais. Veja-se a si próprio enriquecimento do Estado. Não veja as milhares de salas de aulas como tijolo e reboco, mas como dezenas de milhares de crianças estudando, para amanhã transmitir a centenas de milhares os seus conhecimentos. Veja as obras de canalização de água, não apenas como bombas e tubos, mas, como vidas humanas salvas de moléstias, famílias com mais saúde e menos luto. Que o paranaense pense no preso, pense na infância abandonada, pense na cultura de seus filhos.

Entendemos que ressaia sobre toda a obra material da administração Paulo Pimentel, esses aspectos de humanismo social. E o humanismo contido na mensagem cristã da Populorum Progressio: — "É necessário que se promova todos os homens. E, principalmente, que se promova o HOMEM TODO".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA Sr. Presidente, srs. Deputados.

Curitiba, a "Cidade Cultura", Curitiba, a "Cidade Universitária", Curitiba, a Cidade cujo progresso ninguém detém, foi abalada por uma verdadeira hecatombe. Curitiba na manhã de ontem, entristecida, recebia a notícia infame de que o Teatro Guaíra, este colosso que levou 20 anos para ser construído e que estava às portas de uma inauguração faustosa, recebida com alegria e aplausos pela sua população, este Teatro era abalado, porque as chamas o tomavam completamente e arrasavam aquilo que com tanta esperança os paranaenses queriam como o seu acervo. E S. Exa. o sr. Paulo Pimentel ali

compareceu, como compareceram também os srs. Secretários de Estado, que tinham grande interesse e estavam ligados àquela obra, como o sr. Secretário de Educação e Cultura, Nelson Luiz Pazola, o sr. Secretário de Obras Públicas, Enéas Luiz Queiroz, comparecendo, também, o sr. Secretário de Segurança Pública, major Julio Warner, não somente estas autoridades que compareceram com a dor de S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel, mas a população curitibana que naquele momento ocorreu à Praça Santos Andrade, assistiu ao belo-horível, com a vida compactuando com esta tristeza, com esta mágoa. Não me cabe, sr. Presidente, julgar se este incêndio foi criminoso ou não, quanto a isso, não queremos nos antecipar, sem que a Polícia Técnica faça o seu laudo e tire as suas conclusões.

Nós analisamos a catástrofe com a tristeza que tomou a todos os paranaenses e, conseqüentemente, aos seus lícitos representantes, os srs. Deputados.

Porque estamos convicidos de que a nossa dor é a dor que sempre atingiu aqueles que têm uma obra na Assembleia Legislativa.

Srs. Deputados, aquele incêndio, que serve para uma análise de como está aparelhado o Corpo de Bombeiros, os homens do fogo, no que tange ao material humano, são o que de maior se possa exigir para um sinistro. E a sua bravura e sua coragem, foram bem demonstradas, quando deste acontecimento infame que nos atingiu a todos profundamente. Mas, srs. Deputados, materialmente mal aparelhado está o Corpo de Bombeiros de Curitiba, com relação à sua escada Magirus, que está completamente ultrapassada, superada, oferecendo inclusive um grande perigo aos homens daquela Corporação, pois não suportaria o peso de dois homens.

E sabido que num salvamento, o bombeiro que vai para a escada, a fim de salvar uma vida, quando tem em seus braços uma vida a salvar, correria o risco de que a escada, que tem um dispositivo de alarme, por não suportar o peso, por ser superada, tivesse o alarme disparado e se desmontasse automaticamente, pois foi feita para isso.

Portanto, há necessidade urgente de uma nova ampliação na escada, não se pode esperar mais, não se pode inclusive admitir que uma Capital como Curitiba continue possuindo um Corpo de Bombeiro que não esteja aparelhado com as novas técnicas, que não esteja aparelhado com uma escada desta natureza. Sendo que as atuais, especialmente fabricadas na Alemanha, tem hoje vários dispositivos de segurança, inclusive tanques com mil litros de água, fazendo com que a escada chegue lá onde chegam as chamas. Também o peso que suporta a escada é de 28 quilos, suportando, portanto, mais de três homens no seu tipo. Mas falando em escada Magirus, Curitiba, com as suas ruas, seus traçados, com o congestionamento do trânsito, pelo número de automóveis que possui, chegamos a uma conclusão de que há realmente necessidade de serem instalados sub-postos de Corpo de Bombeiros. Nos bairros de Curitiba, por exemplo, não se pode dispensar a instalação destes postos. Pois não se concebe que para um incêndio de tal natureza, se acontecer dignos no bairro do Bacacheri, os bombeiros terão que atravessar todas as ruas da cidade para chegar até onde as chamas estejam lavrando. Daí porque esta sugestão que fazemos ao sr. Governador do Estado, que temos certeza, terá o apoio de todos os srs. Deputados. Pois sugestão idêntica já foi feita quando esteve a testa do Corpo de Bombeiro e coronel Zigmund Ivanick, que foi a Prefeitura solicitar a doação de um terreno na Avenida República Argentina, para que ali fosse instalado um sub-posto.

Também cogitei de um terreno no Bacacheri mas havia dificuldades, porquanto não tivesse a Prefeitura terreno próprio para doar, ainda que tivesse muita vontade, aquela direção estudou na ocasião a questão de um sub-posto junto à Penitenciária do Anil. Teria saída independentemente e atenderia a essa zona de Curitiba.

Sr. Presidente, srs. Deputados, temos certeza, o alerta que nos fazemos hoje há de encontrar eco e essa sugestão há de ser interpretada por S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel, que está ainda sob a emoção forte daquilo que lhe foi dado assistir ou de que ele foi testemunha, o incêndio ocorrido, já que ocorreu ali nos primeiros momentos S. Exa. pode comprovar "in loco" que existe a necessidade premente e inadiável de se reaparelhar o Corpo de Bombeiros para que tenha tranquilidade a população de Curitiba.

O sr. Olivir Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Temos acompanhado muito atentamente o pronunciamento de V. Exa. e queremos fazer coro com V. Exa. quando lamenta a perda da extraordinária obra da cultura, que estava para ser concluída em Curitiba, que é o Teatro Guaíra. Obra que por certo traria benefícios enormes a juventude da nossa terra, carencia de expansão no setor cultural. Mas que por um lado, lamentando profundamente o ocorrido, não podemos deixar de lamentar também pelas informações que V. Exa. traz e pelas informações que colhemos hoje pela manhã, quando transitávamos em frente ao prédio do Teatro Guaíra, de que, se estivesse realmente o Corpo de Bombeiros equipado, teria por certo salvo não totalmente mas teria eliminado o fogo logo no seu início. E pois nosso lamento, quando neste instante — pelo fato de perdermos a obra e pelo fato de termos conhecido de que o Corpo de Bombeiros do Paraná apesar de ser valorosos e competentes homens, não possui equipamentos capazes de socorrer a cidade em momentos como esse.

Dessa maneira, quero congratular-me com o seu pronunciamento corajoso, não apenas expõe os fatos mas dizendo com seriedade e coragem, que realmente o Corpo de Bombeiros não se encontra em condições de atender a apêlos como esse.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Agradeço o aparte do nobre deputado Olivir Gabardo e devo dizer que não se culpe os Soldados do Fogo, e especialmente os seus dirigentes, o que ocorreu, porque aqueles homens, ciosos da sua obrigação, cientes de qual perigosa e nobre é a sua missão, têm prontidão revidar este aparelhamento que hoje a Assembleia Legislativa, fazendo coro com aqueles soldados, pleiteiam.

Como já dissemos, conhecemos o fato de até terrenos terem sido solicitados à Prefeitura Municipal para a instalação do Posto. E também quando trazíamos dados técnicos sobre a escada Magirus, que estava em conversação com os soldados do Corpo de Bombeiros, sabíamos desde há muito o que representa a técnica de salvamento com relação a atendimentos de sinistros desta natureza.

Assim, esperamos que esta sugestão encontre eco, é o que mais ardentemente desejamos, em nome da população curitibana que representamos com honra, nós os Deputados da Capital e, neste momento, apoiados por aqueles outros Deputados que, embora representando município do interior, residem aqui, compactuando conosco da vida cidadã, e que têm amor por sua Capital.

Era o que tinha a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIER GABARDO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Quero, inicialmente, fazer a comunicação à Casa, de que fora escolhido para a vice-liderança de nossa bancada o nome por todos os títulos ilustre do nobre deputado Alencar Furtado. Assim pediria que se fizessem as anotações necessárias.

Sr. Presidente, gostaria de trazer um problema a esta Casa em relação aos convênios assinados pelo Estado com entidades particulares, no sentido de serem aproveitados os prédios das referidas entidades para ali se ministrarem aulas do curso primário nas várias cidades do Estado do Paraná.

Neste sentido o Estado do Paraná firmou vários convênios com estabelecimentos particulares de ensino na cidade de Londrina. Entre as várias cláusulas deste convênio estava ali configurada uma cláusula específica de que o Estado, em contrapartida pela cessão das salas de aula por esses estabelecimentos, se comprometeria a arcar com as despesas de pintura, concreto de carteiras, enfim, a arcar com verba no sentido da manutenção destas salas de aula.

E o que vem ocorrendo, sr. Presidente, é que esses estabelecimentos não funcionam em convênios há dois ou três anos e não vêm recebendo qualquer parcela de ajuda e financiamento por parte da Secretaria de Educação, cujo compromisso está firmando destes convênios que esta Secretaria assumiu junto a esses estabelecimentos particulares.

É lamentável que isto ocorra e que os pareceres da FUNDEPAR sejam ineficazes inclusive pareceres negativos, dizendo que a responsabilidade é da Secretaria de Educação e encaminha este expediente à Fundepar.

O fato é que já tomamos conhecimento de três processos desses que se arrastam por mais de 8 meses na Secretaria de Educação sem que estes estabelecimentos possam contar com a verba necessária para os reparos e a manutenção dessas salas de aula. Digo que é lamentável que isso ocorra, porque aqui no Estado do Paraná os ensinos primários e secundários foram sempre gratuitos, e, entretanto, neste Governo iniciou-se a cobrança de taxas nos estabelecimentos de ensino secundário cujas verbas foram dirigidas à Fundepar. Hoje tomamos conhecimento de que a Secretaria de Educação e a Fundepar não vêm cumprindo seus compromissos, firmados em convênio, com estes estabelecimentos pagando realmente anuais parcelas devidas. Queremos então fazer um apelo para que a Secretaria de Educação tome as providências necessárias junto à Fundepar, determinando que sejam efetuados os compromissos a fim de que o bom nome de nosso Estado não seja levado às ruas, por este fato.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela ordem). Sr. Presidente, requero a chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferiu. O sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 24 srs. Deputados. Há quorum para a votação.

Esta Presidência tem a honra de comunicar a presença honrosa de S. Exa. o sr. deputado federal Antônio Annibelli e do dr. Valmor Giovanna, prefeito municipal de Apucarana. A Presidência se sente honrada com essas ilustres visitas e deseja-lhes boas vindas a esta Capital.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 24 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme revulso já distribuído aos srs. Deputados.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 266-69, de autoria do Dep. Luiz Cruz criando em conformidade com a Lei 5.221, de 3-8-69, uma Inspeção Regional de Ensino, com sede e área de jurisdição no Município de Santo Inácio, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.I.P. com Substituto Geral aprovado em 3.ª Discussão. — Aprovado.

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 72-69, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, autorizando a direção da Rádio Colégio Estadual do Paraná, providenciando junto aos órgãos do Governo Federal, a alteração de sua denominação, para Rádio Divulgadora do Estado do Paraná, e dá outras providências. — Parecer favorável da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 94-68, de autoria do Dep. Pinto Dias, reduzindo em 70%, o valor do ICM exigido dos agricultores e referentes a produtos agrícolas em geral por eles produzidos. — Pareceres Contrários da C.C.J. e C.F. — Rejeitado.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 63-69, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, extinguindo nos órgãos de administração direta e indireta do Estado, o expediente aos sábados, exceção daqueles que, pela natureza especial de segurança, instrução e saúde, sejam imprescindíveis à comunidade. Parecer favorável da C.C.J. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N. 63-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica extinto, nos órgãos de administração direta e indireta do Estado, o expediente aos sábados, exceção daqueles que, pela sua natureza especial de segurança, instrução e saúde, sejam imprescindíveis à comunidade.

Parágrafo Único — Os órgãos acima referidos poderão distribuir, no decorrer da semana, as obras de trabalho suprimidas aos sábados.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1969

(Assinatura) Alencar Furtado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARERES AO PROJETO DE LEI N. 63-69

I — O ilustre Deputado José Alencar Furtado apresentou o presente Projeto de Lei, objetivando a extinção do expediente aos sábados nos órgãos de administração direta ou indireta do Estado, exceção daqueles que sejam imprescindíveis à comunidade pela sua natureza especial de segurança, instrução e saúde.

II — A justificativa que acompanha a iniciativa parlamentar bem dá conta da conveniência e legitimidade da superação do expediente aos sá-

dos, hoje já convergado pelo Judiciário e Legislativo em nosso Estado.

A ressalva dos órgãos que, pela natureza especial da sua finalidade, sejam imprescindíveis à comunidade faz o necessário equilíbrio ao objetivo do Projeto.

III — Do ponto de vista legal e constitucional, nada existe que impeça a aprovação do plano de lei em exame.

E o Parecer, sub censura.

Sala das Comissões em 19 de setembro de 1969

(Assinatura) Emilio Carrazzi — Presidente, Olivir Gabardo — Relator

O SR. ERONDI SILVEIRO — (Para discutir o projeto). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós fazemos um apelo ao nobre deputado Alencar Furtado, autor do Projeto 63-69, no sentido de que S. Exa. houvesse por bem retirá-lo da Ordem do Dia, porquanto nós que acompanhamos o estudo da Comissão Especial encarregada de adaptar a Carta Magna do Estado à Constituição Nacional, sabemos do esforço, do trabalho, não só do nobre deputado Alencar Furtado, mas de toda a bancada do Movimento Democrático Brasileiro com assento nesta Casa, a fim de que se estendesse ao funcionalismo público estadual aquilo que de há muito tempo já é uma prerrogativa do funcionalismo federal, qual seja a suspensão do expediente aos sábados, nas repartições públicas.

Nós, que pela formação éramos contrários à medida, sentimos que não podíamos deixar de acompanhar aquele trabalho da bancada do MDB nesta Casa e também do nobre deputado Alencar Furtado, porque é uma conquista legítima do funcionalismo do Estado. E tivemos que nos render à argumentação brilhante, sóbria e altamente superior do nobre deputado Alencar Furtado.

Naquela oportunidade, e bancada da ARENA e a liderança do Governo nesta Casa, aquiesceu, em concordar que a mesma constasse das Disposições Transitórias da Constituição do Estado. Portanto aquilo que já é uma conquista do funcionalismo inclusive já está sendo posta em prática e conquista do funcionalismo inclusive já está sendo posta em prática e com a bancada do MDB, nós achamos que até à redutância votarmos uma proposição em primeira discussão, quando a mesma já está contida no texto constitucional.

Razão pela qual, fazemos um apelo ao nobre Deputado que retire da Ordem do Dia o referido projeto de lei, porquanto o mesmo já está contida na emenda à Constituição.

Ere só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. ALENCAR FURTADO — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, o Projeto de Lei n. 63-69, que visa extinguir o expediente aos sábados, dos órgãos administrativos, foi vivido, discutido por esta Casa em instantes de alta solenidade pública.

A iniciativa foi nossa, o mérito é da Casa inteira que consagrou a iniciativa inserindo-a no próprio texto da Carta Magna do Paraná. Mérito nenhum possuiu eu a que não possa ser igual ao dos nobres Deputados da bancada do MDB e da ARENA que, unanimemente, depois de discutirmos várias vezes, argumento do argumento, conseguimos a adoção de uma medida que o mundo inteiro civilizado já havia consagrado: a semana de cinco dias, em vez de seis dias.

E, no Paraná, havia uma discriminação de tratamento entre o funcionalismo do Executivo e dos do Legislativo e Judiciário, pois os do Executivo trabalhavam mais e ganhavam menos que aqueles outros funcionários. Então, sob o aspecto da equanimidade, sob o aspecto científico, sob todos os ângulos, nós analisamos o problema, e a Casa inteira apoiou a nossa iniciativa, extinguindo o expediente ao sábado.

Agradeço as palavras do nobre Líder do Governo por sua gentileza, mas não deveriam ser dirigidas a mim, que eu nada possuo, mas sim às valorosas bancadas do MDB e da ARENA, pois que sem o apoio delas nada teríamos conseguido.

Por essa razão, peço à Mesa que retire o Projeto 63-69, da Ordem do Dia, por já ser norma constitucional e seu objetivo.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação requerimento de autoria do sr. deputado Alencar Furtado pedindo a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 63-69. — Aprovado.

Sobre a Mesa requerimento de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de pesar ao sr. Governador, pela catástrofe que ocasionou a destruição do Teatro Guairá. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 35-70, oriundo de Mensagem Governamental n. 8-70. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dias 28 (quinta e sexta), terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Relação Final — do Projeto de Lei n. 270-69;

Relação Final — do Projeto de Lei n. 321-69;

3.ª Discussão — do Projeto de Resolução 13-69.

Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 26.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 27 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Arthur de Souza e Emilio Carrazzi.

As 13.20 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivir Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Jr., Arnaldo Quenroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emilio Carrazzi, Erondi Silveiro, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Bufara, Clavio Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Poli e Túlio Vargas (28), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados David Federmann, Arnaldo Pereira Lima, Foad Nacif, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Sérgio Scalf, Silvio Barros e Wilson Fortes (10), e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
destinada à apreciação de vetos governamentais.
O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 28 srs. Deputados.

Esta Presidência tem a honra de registrar a presença neste Plenário dos srs. Paulo O. Camargo, digníssimo presidente da Câmara de Maringá; dr. Osvaldo Vieira digníssimo vereador de Maringá e sr. Honorato Vecchi, presidente da ARENA de Maringá.

Aos ilustres visitantes esta Presidência deseja votos de boas vindas.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 324-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 128-69, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo, elevar para R\$ 70,00 (setenta cruzeiros novos), a pensão mensal concedida a Maria Alves Espinheira, viúva do ex-funcionário público estadual Afonso Alves Espinheira. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser aprovado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária convocando outra somente para o mês de maio do exercício em curso.
Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 27.ª Sessão Ordinária Realizada em 28 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Ovídio Belch.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Ovídio Belch, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Jr., Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rossa, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Igo Lasso, Ivo Tomazoni, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (35). Achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, João Mansur e Paulo Polli (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, a retirada da Ordem do Dia, por 30 sessões, do Projeto de Lei n.º 321-68.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1970

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, usando de suas atribuições regimentais, requer que, após ser ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do dia de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. Maria Stela Constantino, na cidade de Morretes.

Requer ainda seja comunicada à família enlutada na pessoa de seu filho Lauro Consentino em Morretes.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1970.

(a) Luiz Malucelli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa a definitiva retirada do requerimento em que solicitei a Casa a concessão de 30 dias de licença, para tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1970.

(a) Fuad Nacli.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 52/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Ginásio Estadual no distrito do Malu, município de Terra Boa, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de abril de 1970.

(a) Armando Queiroz.

JUSTIFICATIVA:

O município de Terra Boa, é um dos municípios de nosso Estado que vem sofrendo, nos últimos anos, um surto desenvolvimentista dos mais acelerados. Esse desenvolvimento não só atinge o setor referente à agricultura, como também o setor populacional, principalmente em idade escolar, fazendo com que o Ginásio da sede municipal não comporte mais o grande número de alunos ali existentes. Daí a nossa intenção em dotar aquele distrito de um Ginásio, evitando dessa forma que o grande número de alunos se locomova daquela localidade até a sede municipal. Assim, esperamos contar com o apoio dos

nobres pares na aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N.º 53/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada uma Circunscrição de Trânsito abrangendo os municípios de Quinta do Sol, Fênix, e Barbosa Ferraz, com sede no município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 de abril de 1970.

(a) Armando Queiroz.

JUSTIFICACAO: — A região que se pretende contemplar com uma Circunscrição do Trânsito é vastíssima, contando com mais de 3.000 proprietários de veículos. Atualmente, para obterem os serviços da referida repartição estadual tem os interessados de percorrer dezenas de quilômetros, em demanda da sede do município de Campo Mourão. Por essa razão, entendemos cabível o desmembramento do território abrangido por outras circunscrições mais distantes no sentido de beneficiar o contribuinte.

PROJETO DE LEI N.º 54/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a pavimentar o trecho rodoviário Mauá-Ivaiporã, consignado na Lei de Maior de 1971 a dotação financeira para atendimento das despesas.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1970.

(a) Alencar Furtado.

JUSTIFICATIVA:

Ivaiporã é indiscutivelmente, um município resultante do "rush" desenvolvimentista que sacudiu o Norte do Estado, nessas duas últimas décadas. O crescimento vertiginoso de sua produção agrícola o coloca em situação de destaque nos quadros estatísticos do Estado, apontando-o como o centro realista de inegáveis recursos. O escoamento, porém, dessa produção para os centros consumidores do Estado e, mesmo, para o nosso porto de exportação, vem sendo entravado — em sua ligação com Mauá — por um trecho batido de rodovia, de aproximadamente 80 quilômetros, que nos dias de chuvas se torna praticamente intransitável. Essa nossa iniciativa objetiva corrigir essa distorção. Pavimentado aquele trecho, que se liga à Rodovia do "Café", estará se completando as condições de infraestrutura que tornarão, em futuro breve, o nosso Estado celeiro desse País.

PROJETO DE LEI N.º 55/70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica transformado em Instituto Estadual de Educação "Candido Portinari", a atual Escola Normal Colegial Estadual, do mesmo nome, da sede do município de Cianorte.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de abril de 1970.

(a) Ovídio Franzoni.

JUSTIFICATIVA:

A 40a. Inspeção Regional de Ensino é integrada, além do município de Cianorte, que é sua sede, pelos de Terra Boa, Jussara, São Tomé, Japurá, Indianópolis, Dondon, Cidade Gaúcha, Nova Olímpia e Tupira. Nesta vasta e progressista região do Estado encontram-se em pleno funcionamento, 3 Escolas de Aplicação; 17 Grupos Escolares; 4 Casas Escolares, 11 Inspeções Regionais, ou melhor, Inspeções Auxiliares e 2 Escolas Particulares de grau Primário. A população estudantil matriculada nas escolas já indicadas, no ano letivo atual, atinge a significativa cifra de 29.878 alunos. Os dados acima fornecidos, portanto, refere-se à instrução primária. Quanto ao ensino de grau médio, possui a região: 1 Colégio Estadual; 6 Escolas Normais; 4 Colégios Comerciais; 10 Ginásios Estaduais; 4 Ginásios Particulares e 2 Ginásios da C.N.E.C., cujos estabelecimentos abrigam um total de 7.266 alunos, sendo 6.170 no primário ciclo e 1.096 alunos no segundo.

A região por nós apontada abriga mais de 300.000 habitantes, e com tal variação de estabelecimentos educacionais, nada mais justo para seus alunos que a criação de uma entidade como a preconizada pelo presente plano de lei.

Nestas condições e por uma medida de inteira justiça, submetemos este projeto de Lei à consideração de nossos ilustres pares, esperando se lhe dê o necessário apoio.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente srs. Deputados.

A semana passada, em aparte que nos concedeu o deputado Alencar Furtado, manifestamos, não só à Casa, mas a todo o povo paranaense, o nosso temor de que o sr. Presidente da República, na escolha que teria que fazer do nome que devesse suceder ao governador Paulo Pimentel no Governo do Paraná, se inclinasse por um técnico, por um destes técnicos tão em moda na atual conjuntura administrativa do país.

Explicando, naquela oportunidade, que nada tínhamos contra o técnico na aceção da palavra e reconhecemos sua utilidade na administração pública, principalmente quando alçado à condição de assessor de qualquer Executivo. Mas, jamais aceitaríamos o técnico para dirigir os destinos de um Estado, de uma Nação ou de um Município porque a nossa tese, calcada em longos anos de experiência na vida pública e robustecida no contacto diário com os diversos administradores que tivemos ocasião de conhecer e privar, é de que o técnico é sempre frio, calculista e sem sensibilidade humana para dirigir os destinos de uma Comunidade, de um Estado ou de uma Nação.

Sabemos que o supremo mandatário de uma coletividade deve ser um homem humano, um homem que, burlado pelas dificuldades da vida pública, pelas agitações de uma campanha política, adquira, nesse labor e nesse embaite,

aquela sensibilidade que somente os políticos possuem, porque, acostumados ao trato diário com o povo, da mais categorizada até a mais humilde camada da população, têm aprendido, através dos anos, a sentir os queixumes, as magoas, as necessidades do povo. Infelizmente isto nós não encontramos no técnico. O técnico enxerga apenas números, apenas organogramas de trabalho, organogramas administrativos, não aceita jamais a ideia de desviar-se desses organogramas, desses estudos técnicos, desse trabalho, para atender as contingências que às vezes têm que ser atendidas as contingências que representam as aspirações da coletividade.

Felizmente, porém, houve que Deus ouviu-nos naquela tarde — não só a nós e ao nobre deputado Alencar Furtado, que também manifesta o mesmo temor — atendendo às preces do povo paranaense, e inspirando o Presidente da República, em boa hora, para que escolhesse um homem que, sem deixar de ser profundo conhecedor da pugna administrativa, de ser um homem com capacidade administrativa, está entre aqueles que militam na política e estão sempre atentos aos reclamos da coletividade. A escolha recaída na pessoa do nobre deputado federal Haroldo Leon Peres, foi uma escolha que realmente atendeu aos anseios do mundo político, e, por que não dizer, do povo paranaense.

Não nos manifestamos e nem esta Casa o fez tão logo tivemos conhecimento da escolha, porque, entre de razão pública popular que é esta Assembleia, prezávamos, os srs. Deputados, sentir através de uma consulta ao povo, a boa repercussão da escolha, pelo Presidente da República, do deputado Haroldo Leon Peres.

No fim de quase uma semana, os Deputados que representam a bancada da Aliança Renovadora Nacional nesta Casa, ouvindo as suas bases, consultando o homem do povo, desde o empresário ao mais humilde operário, sentiram que a escolha foi boa, que recaiu sobre um homem probo, de grande cultura, um homem que já prestou assinalados serviços à Revolução; eis que foi Vice-Líder do Governo Costa e Silva, na Câmara Federal, e continua sendo Vice-Líder, neste segundo Governo. Este fato, por si só apresenta uma credencial do deputado Leon Peres.

Não convivemos com Sua Excelência nesta Casa, mas conversando com os colegas que privaram da sua intimidade neste Legislativo, pudemos sentir que, além dessas qualidades, foi um homem que sempre trabalhou pelo bem estar da coletividade, e seu trabalho na bancada federal da Câmara também atesta as qualidades do homem público HAROLDO LEON PERES.

Lembramo-nos muito bem, não só os parlamentares da ARENA como os da bancada do MDB que compareceram ao Palácio Iguaçu quando da apresentação das bancadas estadual e federal ao então presidente Costa e Silva, pelo sr. Governador do Estado, do carinho e atenção que mereceu, por parte do presidente Costa e Silva, o nobre deputado Haroldo Leon Peres; lembramo-nos, nos perfeitamente, quando o pranteado e saudoso presidente Costa e Silva, ao dirigir-se ao nosso futuro Governador disse, ao governador Paulo Pimentel, mais ou menos o seguinte:

— O Governador, este eu já conheço. O Leon Peres (forma de expressão do presidente Costa e Silva) tem ajudado muito o Governo, a Revolução e o Estado do Paraná. Não passa semana que não esteja em meu Gabinete o deputado Leon Peres, reivindicando alguma coisa em favor do povo paranaense.

Este é o testemunho de um homem que prestou tantos e tantos serviços relevantes ao Brasil e que acabou dando a sua vida em holocausto à Pátria Brasileira, em holocausto à Revolução de março de 1.964; portanto, o testemunho desse homem, por si só, já é uma condição para que seja validada a escolha do sr. Presidente da República, general Garrastazu Médici. Nós não podemos dizer, desta tribuna, nesta Casa, num apeloimento que até nós delatária mal perante a opinião pública; não podemos dizer que Haroldo Leon Peres será um grande Governador, porque nós não conhecemos ainda o seu método de trabalho. Mas o seu passado de homem público, a sua honestidade, os serviços já prestados à Revolução, ao Paraná e ao Brasil, pelo parlamentar que representa o município de Maringá, lhe dão credenciais suficientes para que possa continuar as obras administrativas de Ney Braga e Paulo Pimentel. A bancada da ARENA, primeiro ouviu as suas bases, primeiro consultou o homem do povo, para depois trazer à consideração da Casa o requerimento que já foi lido pelo sr. 1.º Secretário, mas que não será cassativo nos repetimos a leitura e mostramos ao povo do Paraná, que não é movimento golpista, é um movimento que traz a assinatura da maioria esmagadora dos srs. Deputados pertencentes à legenda da Aliança Renovadora Nacional. Nós nos permitimos proceder novamente à leitura deste requerimento que poderá se transformar num requerimento histórico, porque é a primeira manifestação pública de apoio à escolha do sr. Haroldo Leon Peres à Governança do Estado. (Lendo):

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais requerem, depois de ouvido o Plenário, seja enviado através do telex, a Sua Excelência o Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, a seguinte moção nos seguintes termos:

“Assembleia Legislativa do Paraná, tem a subida honra de manifestar a Vossa Excelência, integral apoio e calorosos aplausos pela indicação do ilustre deputado Haroldo Leon Peres à governança do Paraná. Como ex-deputado estadual, o futuro mandatário paranaense se revelou sempre personalidade de alto espírito público, probo e preocupado com a solução de nossos grandes problemas. O nosso respeito pela escolha acertada do deputado Haroldo Leon Peres, traduz, também, a vontade do povo paranaense. Revolucionário de primeira hora, estamos certos de que fará um grande Governo, mantendo o clima de tranquilidade, ordem e trabalho, em benefício da grandeza do Paraná e do Brasil, contribuindo, assim, para a meta imprecindível da Vossa Excelência em prol do desenvolvimento nacional.

Sala das Sessões, em 27 de abril de 1970.

(a) — Ivo Tomazoni

mais 32 assinaturas.

Seguem-se assinaturas da maioria esmagadora dos srs. Deputados pertencentes à legenda da ARENA. Ao concluirmos, sr. Presidente, srs. Deputados, nós diremos mais, que estamos falando por delegação honrosa da ARENA, e também na qualidade de Líder do Governo Paulo Pimentel que, tomando conhecimento da manifestação da bancada da ARENA com a aprovação integral, achando que a escolha foi justa, acertada e que Haroldo Leon Peres tem condições para continuar a obra administrativa que realiza hoje no Paraná, a fim de que possamos ainda, no final da presente década, atingir aquela posição que o trabalho, abnegação e dedicação dos paranaenses nos possibilita a atingirmos a posição de segundo Estado da Federação Brasileira. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados. Sejam as palavras iniciais que proferimos neste instante, para manifestar igualmente nossa inteira satisfação pela escolha do sr. deputado Haroldo Leon Peres, para Governador do Paraná. Esta satisfação é enorme, porque tomamos um dos parlamentares que tiveram a oportunidade de acompanhar S. Exa. neste Plenário, em tantas memoráveis nos anos de 63 e 64, contra a subversão e contra a anarquia, que teve início em 1963, da qual participamos ativamente, e teve o seu desfecho para a era de uma nova etapa, a 31 de março de 1964.

Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, um assunto de grande importância, traz-nos hoje a tribuna. Foi com grande emoção que o Paraná inteiro acompanhou o noticiário do incêndio do Teatro Guaíra, que teve a sua construção iniciada em 1964, pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Neto, cujas obras foram paralisadas pelo espaço de 10 anos.

Mas o governador Paulo Pimentel, homem que vê sempre os problemas dentro das suas necessidades e que deseja a valorização de suas obras, deu início à continuação do Guaíra, daquele monumento de arte que iria mais tarde transformar-se em realidade.

Ainda este ano, com as suas obras já adiantadas, com a sua conclusão prevista para o mês de agosto e a sua inauguração já programada, o incêndio veio perturbar aquela satisfação, não só para o sr. Governador, que havia assumido aquela responsabilidade, mas para o povo paranaense que teria ali a sede da arte mais perfeita que é o teatro.

E o episódio daquele incêndio serviu para mostrar, mais uma vez, a fibra, o entusiasmo e a coragem do governador Paulo Pimentel. Paulo Pimentel, que é um homem que não se abate, — poderia ter chorado sobre os escombros, com o coração queimando de dor — dá mostra da sua coragem, do seu otimismo procurando, naquele dia, reunir o seu Secretariado, e reatamando sua coragem, declarou como um chefe deve declarar, nas horas de amargura:

“Nem que eu tenha que trabalhar dia e noite, meu Governo tudo fará para reconstruir o Teatro Guaíra”.

Queremos por isso nos solidarizar com o governador Paulo Pimentel, e o lazenos de um lado, com tristeza, e de outro, com entusiasmo. Com tristeza, pelo acontecimento doloroso; com entusiasmo, pela coragem de desprendimento do sr. Governador.

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Antônio Lopes Júnior, estou de pleno acordo com V. Exa., mas peço permissão para discordar num ponto da sua explanação, quando V. Exa. diz que o Governador se compromete com o povo do Paraná, que tudo fará para a conclusão daquelas obras. Não sou contra absolutamente. Apenasinho as minhas dúvidas, com relação às despesas. Será que o Governador comportará no final do seu Governo, com este acréscimo de despesas, que são gastos que nós não esperávamos, que não estavam previstos no Orçamento do Estado? Acho que seria necessário até que o sr. Governador, em enquete, perguntasse ao povo se gostaria que o Governo relegasse algumas obras importantes, em favor da construção do Teatro Guaíra. Porque, pelo que conheço de matéria orçamentária do Estado, acho muito difícil o sr. Governador, sem que paralise outras obras que considero de tanta importância e até de maior importância que o Teatro Guaíra, acho muito difícil que o sr. Governador possa cumprir aquilo que é seu desejo, mas que é meta do seu Governo e aspiração, principalmente do povo de Curitiba, a conclusão das obras do Teatro Guaíra.

Mas pergunto, seria justo interromper, por exemplo, as obras do novo Instituto de Educação? Seria justo interromper o trabalho gigantesco que se faz no setor de zoneamento, com a implantação da nova rede de distribuição de águas para Curitiba? Seria justo paralisar o Centro Previdencial do Paraná e tantas outras obras de importância, espalhadas por todo o Estado? Não é justo e acho que o Governador do Estado não cometerá esta injustiça. Apenas acho que seria até caso de uma enquete popular, o Governo lançar uma campanha entre o povo, para que o povo dissesse, com aquela tranqüez que sempre caracteriza o povo do Paraná e do Brasil, se deseja realmente que o Governo invista mais dinheiro no Teatro Guaíra.

Este é meu pensamento pessoal. Não o exponho como Líder do Governo, nem como Líder da ARENA, e sim como representante do povo do Paraná nesta Casa.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Como um fiel intérprete do pensamento popular, V. Exa. está certo, afirmando que o povo se manifesta. Mas, o sentido do meu discurso foi de apenas manifestar a minha satisfação, por termos um Governador otimista, que não se abate, que não se aproveita dos destroços do teatro para fazer promoção. Um Governador que enfrenta dificuldades: só pelo motivo de desejar, mesmo que não consiga, pelo fato de não dizer: — queimou, vamos deixar como se encontra, porque foi feita a minha parte, mas pelo fato de dizer: — Vamos trabalhar; vamos reconstruir. Ele dá exemplo de dedicação à causa pública, de amor à arte e à cultura.

Concluindo, sr. Presidente, srs. Deputados, quero pedir que Deus ampare o Governo e o ajude a levar adiante mais esta empreitada do mundo da arte e da cultura de nossa terra, como motivo do exemplo de otimismo para as gerações futuras. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Em 21 de junho de 1964 tomamos, em caráter eletivo, assento nesta Casa, e aqui encontramos companheiros, muitos dos quais ainda fazem parte dessa legislatura, assim como muitos que hoje não estão, mas que deixaram rastros luminosos pela sua atuação brilhante.

Sr. Presidente, gostaria enfiadonha a relação dos nomes daqueles que por aqui passaram, mas não podemos esquecer os nomes de Edgar Távora, Rubens Requiao e Haroldo Leon Peres, que aqui nesta Assembleia, era o Líder do Governo do então. Com a sua inteligência, com a sua oratória, com a sua habilidade política, sabia como conduzir — e conduziu bem e com maestria — a bancada que estava sob a sua responsabilidade.

Foi assim, sr. Presidente, que conheci mais de perto Haroldo Leon Peres. Porque já era antigo companheiro de lutas de período que pertenciam ao passado. Por duas legislaturas ele muito contribuiu com a sua inteligência, com o seu trabalho, dando muito de si para as regiões que aqui representava.

Foi para a Câmara Federal. Com o mesmo brilhantismo tornou-se Vice-Líder do Governo Costa e Silva e novamente convidado Vice-Líder do atual Governo federal. Sr. Presidente, quando o problema sucessório do Paraná se desdobrava, um dos candidatos que postulava o Governo do Paraná era

O deputado Haroldo Leon Peres. Naquela oportunidade e nos diversos contatos que mantivemos com aquele Deputado federal, hoje praticamente Governador do Estado, ele nos afirmava, até com humildade, que estava dentro de um esquema político, que o seu candidato ao Governo era o senador Ney Braga, mas que também se apresentava e que gostaria de merecer, como mereceu de muitos Diretórios. Inclusive do nosso, o de Londrina, o apoio e a simpatia para a sua candidatura.

Achou por bem o sr. Presidente da República indicar o deputado Haroldo Leon Peres para o Governo do Paraná.

Quando da chegada do senador Ney Braga a Curitiba, fomos procurá-lo e ouvimos da boca de S. Exa. a seguinte frase: "Hoje quem fôr meu amigo, é Haroldo Leon Peres". "E a escolha do Presidente da República, é o homem da revolução para dirigir os destinos do Estado e não seria eu, como um líder e com tantos amigos no Paraná, que não estivesse estendendo a minha mão para o lado dele a conchamar o povo paranaense para a redenção democrática deste País".

Sr. Presidente, está ainda bem vivo entre nós, em nossa memória, um pronunciamento feito há poucos dias, pelo sr. Presidente da República, Garibaldi Médici, dizendo que ele tinha perfeita consciência de que o País vivia numa situação de exceção, mas esperava que, ao final de seu mandato, em 1974, entregaria um País perfeitamente redemocratizado. Mas, para que isso acontecesse dependeria muito de nós, os políticos, do que dele. Frase séria. Advertência mais que seria. E o momento exato. sr. Presidente, sr. Deputados, das forças políticas deste Estado, diante de uma indicação seria como está sendo feita ao nosso Estado. Todos nós, indistintamente, devemos unir as nossas mãos para dar a Haroldo Leon Peres, numa convenção que deverá marcar época em nossa história, e também a 3 de outubro nesta Assembleia, com aquela convicção desinteressada, sem ressentimentos, sem problemas pessoais, e sem acertos pessoais. Nós estamos dando a Haroldo Leon Peres a nossa modesta, mas sincera, cristã e democrática colaboração. Portanto, sr. Presidente, é com satisfação que lemos esta moção que vai ser enviada a S. Exa., o sr. Presidente da República, assinada por todos os arenistas que fazem parte desta Assembleia, a fim de que Haroldo Leon Peres tenha a certeza absoluta de que, acima de nossos interesses pessoais, está o interesse deste Estado e desta Nação.

Sr. Presidente, as nossas congratulações e o nosso desejo ardente de que Haroldo Leon Peres, como ele bem afirmou em seu primeiro pronunciamento — "que Deus me ilumine", "que Deus me conceda forças". Sim, sr. Deputados, para que ele tenha forças, para que ele corresponda à confiança do Governo Federal e para que seja uma alegria para este povo que irá governar, na certeza de que irá ao encontro das aspirações desse povo tão sofrido como é o nosso.

Meus parabéns, ARENA, no momento em que apresenta este requerimento a ser enviado ao sr. Presidente da República, e enviado ao deputado e futuro governador Leon Peres, a fim de que ele tenha a tranquilidade da família arenista, que está unida e coesa em torno da felicidade deste Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Excedente, concedo a palavra ao sr. deputado Sílvio Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Sr. Presidente, sr. Deputados.

Não era nossa intenção virmos, hoje, a esta tribuna, manifestar as nossas considerações sobre a indicação do futuro Governador do Estado, o ilustre deputado Haroldo Leon Peres. Pretendíamos deixar mais para a frente, porque, naturalmente, visávamos que fomos durante 18 anos, pretendíamos falar em outra oportunidade.

Porém, sr. Deputados, em vista do requerimento que neste instante transita pela Casa, quando a Aliança Renovadora Nacional através de sua representação parlamentar na quase totalidade, pretende enviar suas congratulações e suas saudações e mesmo a sua manifestação de entusiasmo pela indicação do deputado Haroldo Leon Peres, resolvemos nos pronunciar sem mesmo estudar as consequências da nossa presença na tribuna, porque é natural, é óbvio, é claro que nós votaremos contra esse requerimento. Queremos deixar, porém, aqui a manifestação registrada nos Anais da Casa, do nossa posição política e em relação a essa fórmula inusitada de eleger-se, indicar-se interventor ou governador, porque entendemos que pela norma constitucional seria ele o Governador do Paraná, mas de fato nossa consciência nos diz que ele é o Interventor.

A manifestação dos Deputados da ARENA nos causou certa espécie porque nada mais é do que uma redundância, do que a repetição de um fato do conhecimento da Nação brasileira, do Paraná e de todos os paranaenses. Porque todos nós sabemos que, por ocasião da visita de S. Exa. o sr. Rondon Pacheco a este Estado, a representação parlamentar da ARENA, já naquela oportunidade, procedera uma manifestação delegando a prerrogativa para o estudo e demarques do problema sucessório a S. Exa. o sr. governador Paulo Pimentel. E esse, por seu turno, em visita que fez a Brasília, até mesmo primeiro que o próprio Rondon Pacheco, manifestou ao Presidente da República também a sua aprovação da futura solução para o problema sucessório do Paraná e passou às mãos do sr. Presidente da República aquela manifestação dos Deputados paranaenses, mais ainda a sua procuração de confiança.

De maneira que afirmo, como já o fiz antes, que é redundante o requerimento que se pretende votar nesta Casa, porquanto nada mais faz do que repetir aquilo que já fôra feito por antecipação. As manifestações de que as conveniências de termos ou não um técnico frente aos destinos do Paraná, também são desprovidas de toda e qualquer condição de análise, porquanto o manifestante, feito por antecipação, recebe, de braços abertos, qual fosse a solução encontrada pelo Presidente da República.

Daí porque, mais uma razão nos leva votar contra uma manifestação inócua e redundante. Quanto às outras manifestações, por merecer coincidência, "O Estado de São Paulo" trás, hoje, assim inserido, em "Solução Paranaense": — "É claro — diz o editorial — entretanto, que o sr. Haroldo Leon Peres jamais sairia candidato da ARENA do Paraná. A solução real seria o senador Ney Braga, sustentado pela maioria do partido e entendido com o governador Paulo Pimentel. O deputado Haroldo Leon Peres é expressão de um conjunto de influências, inclusive, ou principalmente, militares. Mas o senador Ney Braga, como o governador Paulo Pimentel, foram envolvidos na decisão e o senador saiu do Palácio distilando ironias ou declarações inasculáveis".

Al está, pois, a nossa resposta a essas louvações. Não nos convencem jamais. A verdade é que a nossa juventude da administração paranaense tem ainda uma verdelândia política porquanto, esta juventude mostra sua perfeita relação de entusiasmo infantil, de franca puberdade do mundo político, recebe uma solução que surpreende, é evidente, as áreas do Governo.

Se nós, do MDB, hoje, estivéssemos totalmente estruturados no Paraná, seríamos, os grandes vitoriosos, não por nossas modestas qualidades, mas pela coragem com que afirmamos que desejamos um País em que as leis de exceção sejam retiradas do processo e normas jurídicas nacionais; nós lutamos pela anistia ampla das políticas, buscando a tranquilidade e a paz da família brasileira, coisa que hoje os paranaenses não terão porque sentir na carne a violência do processo revolucionário que nós vimos sentindo há seis anos.

Tenho assistido e lido, as notícias vinculadas na imprensa, da manifestação do Prefeito de Maringá, que se deslocou a Brasília para cumprimentar não o Governador do Paraná, mas seu compadre, seu vizinho, como meu vizinho. Não se enganem, porque ele, como eu, haveremos de estar na oposição. Não se enganem, porque nós não nos entregaremos com a antecipação, como se entregaram os parlamentares da ARENA, ao assinarem aquela manifestação.

A verdade é que quando procedemos a campanha política em Maringá, em nosso palanque, senão através de todos os companheiros, mas através deste Deputado, proclamávamos o desejo de vermos Maringá progredindo, o desejo de vermos Maringá se afirmar como uma das grandes comunas do nosso Estado; mas da mesma forma, proclamávamos, indiscutivelmente, e afirmávamos, que estávamos ali plantando uma semente que havia de florescer, havia de se tornar numa frondosa árvore que ofereceria a sua hospitaleira sombra para que nos conseguíssemos o grande objetivo que era a normalidade democrática de nossa Pátria, que era, o que disse há pouco, a retirada das leis de exceção, a anistia ampla. E assim proclamávamos outras e tantas outras coisas que o Brasil anseia e espera porque historicamente, se esta Revolução não teve o sentido filosófico, ideológico ou pragmático, ela teve, segundo as reiteradas manifestações, um sentido restritivo. Porém, o processo revolucionário sem aquele objetivo ideológico, pragmático ou filosófico já deve estar chegando ao seu fim, pois que o Governo hoje enceta metas administrativas distantes da falada e da propagada Revolução e nem poderia deixar de ser diferente, porquanto não se pode ficar com uma Revolução permanentemente, ao longo dos anos, ao longo dos séculos. Eis que uma Revolução nestes termos, isto é permanente não tem condições de se sustentar. A Revolução brasileira, a nosso ver, peca por esta falha. Ela permanentemente altera normas jurídicas do País e a cada dia que passa proclama uma nova fórmula, novas regras de jogo, novas normas, novas possibilidades e probabilidades. Entre as novas, e as novíssimas ali está a sucessão do Estado do Paraná, distante, sr. Deputados, dos quadros políticos do Paraná; distante das metas administrativas ou projeções porque estou informado seguramente que uma área revolucionária, de vital importância, pretendida que os futuros governadores não fossem, de forma alguma intimamente ligados ao processo político, bem como não era importante que ele tivesse ou não projeção administrativa, mas que deveria vir para cumprir uma missão, qual seja a de desmontar a estrutura administrativa dos Estados que pecam pela falta de moralidade, que pecam por muitas falhas e que por isso entram num plano inclinado como, iniluminadamente, lamentavelmente, entrou a administração do Paraná. Existem fatos escabrosos publicados na grande imprensa que nós, não os discutiremos nesta tribuna quando os próprios representantes da ARENA aqui estiverem a enlamear o ventilador no final da festa. Isto, de forma alguma, consulta a nossa formação.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa., permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., está ali dessa tribuna cometendo algumas injustiças. Este Deputado concorda com V. Exa. que a bancada do MDB tem assento nesta Casa, repudia a forma de escolha dos Governadores dos Estados. É válida esta tese, nobre Deputado. Mas, V. Exa., deputado Sílvio Barros, já devia ter aprendido, na convivência com os parlamentares desta Casa, a conhecer a disciplina partidária com que sempre soubemos nos haver, pois todos da Aliança Renovadora Nacional.

V. Exa. comete uma injustiça quando fala na insensibilidade da proposição que está discutindo. V. Exa. afirma serem os termos da mesma redundantes. V. Exa. desconhece alguns fatos que precederam a apresentação desta Moção de congratulações dirigida a S. Exa. o sr. Presidente da República. Esta Moção somente veio para este Plenário, nobre Deputado, depois que a Aliança Renovadora Nacional pelo seu Diretório, ou pela Executiva da Seção Paranaense, ontem reunida, por unanimidade, nobre Deputado, aprovava Moção de Confiança e de Contentamento, dirigida a Sua Excelência o sr. Presidente da República, pela escolha que, renovou o partido, acertada, no nome do deputado Haroldo Leon Peres como candidato do partido, ao Governo do Estado.

V. Exa., nobre Deputado, trás a esta tribuna — eu quero crer — algumas dúvidas sobre a figura do deputado Haroldo Leon Peres, quando se retirou ao Deputado como se ele fosse um divorciado da vida pública ou política do Estado do Paraná. V. Exa. sabe que a verdade não é esta! O deputado Haroldo Leon Peres disputou na cidade, no município que V. Exa. representa nesta Casa, a Prefeitura Municipal, em memorável campanha eleitoral; em 1958 elegou-se, combatendo um Governo com votos de amigos e de companheiros, levando uma mensagem, Deputado Estadual; reeleger-se em 1962, para, em 1966 eleger-se Deputado Federal, sempre com votação expressiva, sempre honrando o seu mandato.

Não estamos aqui para falar das qualidades do deputado Haroldo Leon Peres, que para nós são muitas, bastantes para que acreditemos num grande Governo que ele possa vir a realizar, em favor da coletividade paranaense.

V. Exa., parece, está irritado com a escolha feita por Sua Excelência o sr. Presidente da República, que para nós, arenistas, significa a liderança única e verdadeira do momento atual. Não há redundância, nobre Deputado, porque se a Assembleia Legislativa do Estado der ao Governador do Estado Moção de Aprovação para que ele discutesse com o Presidente da República a melhor solução para o Paraná, deu também por unanimidade o Diretório Regional da ARENA, Moção a Sua Excelência o Presidente da República, para que lhe facultasse a escolha do sucessor do governador Paulo Pimentel; daí não haver redundância, daí o aplauso da ARENA — representada aqui por todos os subscritores, porque nenhum sr. Deputado da ARENA deixou de subscrever esta Moção — à escolha de Sua Excelência, o sr. Presidente da República.

A Moção é válida à antecipação da eleição que se haverá de aferrar aqui, a 3 de outubro, sem dissensões, mostrando o que é realmente disciplina partidária, e mostrando o respeito que nós temos pelas instituições. Se a Constituição dita normas e regras para as eleições, a Constituição que foi votada por esta Casa e que por analogia inseriu a escolha dos governadores, ditada no mesmo sentido da escolha dos Presidentes da República contida na Carta Maior, não nos envergonha absolutamente a defesa do princípio constitucional que estamos fazendo e, se aplaudirmos a escolha, a porque sabemos certa, correta, por ter recebido numa figura ilustre da vida pública e política

do Estado do Paraná que representou nesta Casa o progressista município que V. Exa. aqui representa com tanta dignidade e com tanta alvise como V. Exa. representa o município, e desejaria eu que o escolhido para governar do Estado fosse originário da região ou da cidade que represento nesta Casa. Haveria de aplaudir com muito maior entusiasmo e não sei se possuiríamos maior entusiasmo do que este que estou possuindo, por aplaudir a escolha do velho e aplaudido amigo, sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. SÍLVIO BARROS — O aparte de V. Exa. é longo e vazio...

O SR. IVO TOMAZONI — No entendimento de V. Exa.

O SR. SÍLVIO BARROS — V. Exa. procurou colocar em minha boca palavras que não proferi. Eu me ative à leitura do Editorial do Estado de S. Paulo...

O SR. IVO TOMAZONI — Fazendo do Editorial palavras de V. Exa.

O SR. SÍLVIO BARROS — Daí entendo que esta manifestação de V. Exa. deveria ser enviada para o Editorial ao invés de ser dirigida a mim. Quanto ao que diz V. Exa. de minha irritação seria até de certa forma objeto de nosso silêncio porque nós tratamos do assunto em termos político-partidários, tratando também genericamente e nunca em termos pessoais. Daí porque verificamos mais uma redundância proferida por V. Exa. quando procurando discursar, informou a mim da figura política de Haroldo Leon Peres, porquanto V. Exa. mesmo afirma que somos oriundos da mesma cidade, e eu o conheço muito melhor do que V. Exa. é evidente, é claro, é lógico e também é óbvio e redundante, e nem por isto deixo de reafirmar aquilo que disse. V. Exa. efetivamente poderá querer afirmar que delegou poderes, mas quem delega poderes perde a capacidade de reação, porque a Constituição impedia justamente que hoje se articulasse o Estado do Paraná, as lideranças comandadas por Paulo Pimentel e Ney Braga, fazendo com que esta Assembleia viesse a eleger um novo governador. Porém, V. Exa. estão impedidos que já o fizeram por antecipação. Quanto ao aplauso que V. Exa. faz, com tanto entusiasmo e não poderia fazer porque, sinceramente, não poderia apoiar o fato de não ter direito de votar e opinar. Acha anti-democrático o partido de V. Exa. que trás sérias dúvidas quanto à sua linha democrática, ou sua propensão anti-partidária é de certa forma inexplicável que pelo fato de ter perdido o direito de optar e votar, coisa que eu não possa dizer. Permite-se complementar, V. Exa. se tem ao seu aparte, querendo dialogar comigo em termos de ordem pessoal e eu insisto em não aceitar. Procuro olhar o contexto nacional, buscando com toda a força lutar por termo o direito de votar e apartar. Desejo complementar dizendo que pelo conhecimento que tenho de Haroldo Leon Peres uma coisa eu estou certo, a Revolução entregou os destinos do Paraná a quem de direito porque ele, talvez, seja um dos únicos parlamentares que nunca se omitiu na tribuna da Câmara, a defender episódios quando as outras lideranças arenistas não o faziam.

Lembro ainda como se fosse hoje, na oportunidade em que falecia tragicamente no Estado da Guanabara, o Congresso se reuniu e o deputado Haroldo Leon Peres, convicto dos seus arraigados sentimentos revolucionários, lá à tribuna, lamentava por certo a morte do estudante, porém, dizia que a culpa não cabia à Polícia Militar, e sim, ao próprio estudante, porque ele estivera participando de uma manifestação cívica, em uma passeata que naquela época contrariava às normas da segurança nacional segundo a revolução.

E assim sucessivamente, o deputado do Governo manteve-se da tribuna ereto, sóbrio, defendendo sua arraigada convicção revolucionária.

Lembro mais ainda, quando a Polícia do Exército invadia a Universidade de Brasília, e naquela oportunidade os deputados foram atingidos por algumas balaçadas, mais uma vez o deputado Haroldo Leon Peres, voltava à tribuna e dizia que a Universidade não era lugar para a presença dos srs. Deputados, e que a polícia, naquela oportunidade, não tinha condições de dividir-se com eles deputados, professores ou alunos, mas que era imperiosa e necessária, uma brusca paletização daquele movimento que ganhava opinião pública.

E lembro ainda de tantos outros episódios e daí porque, afirmar que para mim não há surpresa, porque ele, evidentemente, é um homem que nitidamente defende as suas arraigadas convicções.

Daí porque o Paraná, hoje, tem o futuro governador na pessoa de um homem que, na realidade, está intimamente ligado aos ideais revolucionários, os quais eu não, absolutamente, aplaudo e nem participo, porém, entendendo que o Governo esta entregue a quem de direito.

Daí porque, agradeço as suas manifestações, em querer mostrar a mim, quem é Haroldo Leon Peres. Ele é, isto sim, um homem probo porque o conheço, é um homem de conduta ilibada, o conheço pessoalmente. E há 20 anos, ele tem uma nitida e séria condição na sua vida particular. Porém, não posso deixar de, mais uma vez, afirmar que "O Estado de São Paulo", em seu Editorial, me parece certo, que os srs. perderam a capacidade de reação, porque costumam-se de, repetidas vezes, vergar-se em direção ao vento, o que é um erro, para quem detém um mandato público e um diploma verde e amarelo. — Está respondido o seu aparte.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — V. Exa., pelo que vejo, está irritado, não entendeu a minha mensagem. Eu faria duas perguntas a V. Exa.

O MDB aceitou as regras do jogo para a eleição do Governo do Estado da Guanabara, ou não aceitou? E V. Exa. disse que não tem o direito de votar. O MDB tem todo direito de lançar o seu candidato ao Governo do Estado, e de votar no seu candidato nesta Casa.

V. Exa. está mistificando desta tribuna, é isso o que me irrita. V. Exa. começa a divagar: V. Exa. quer confundir os srs. Deputados. V. Exa. reune o seu partido e lance seu candidato, é um direito que V. Exa. tem de se opor a uma decisão da maioria. Mas por favor não me ofenda, nobre Deputado.

O SR. SÍLVIO BARROS — Não estou ofendendo a V. Exa., V. Exa. divagou. Coloquei o termo "divagação" como se fora meu. V. Exa. conduziu o perfil do deputado Haroldo Leon Peres na imaginação de que eu não o conhecesse. V. Exa. é um texto constitucional, na imaginação de que eu não

tivesse votado a Constituição, absolutamente. A verdade fere e naturalmente V. Exa. se aborrece. Não tenho, já afirmou nenhuma indisposição de ordem pessoal com o futuro Governador do Estado do Paraná. Admito até que a presença de um homem que vem com a representação absoluta do Governo Central, poderá trazer, para o Estado do Paraná, uma direção muito mais séria.

Ao finalizar, ilustre Deputado, quero dizer a V. Exa. que hoje entendo possibilidades maiores para o MDB porque Haroldo Leon Peres é um excelente adversário: não escorrega. E ruim lutar contra adversário amorfo,

que quando atacados escorregam, trancam a imprensa e nem nós somos conhecidos do público e nem o público conhece aquilo que queremos denunciar. E ele, Haroldo Leon Peres, pelo que conheço, é homem que responde e corresponde aos ataques que lhe forem endereçados, podendo com isto trazer no próximo quadriênio uma atitude político-administrativa para o Estado, pública, verdadeiramente.

E devo dizer mais, que um homem que corresponde que luta, traz para nós uma nova perspectiva, porque é salutar, é benéfico, é bom para a família paranaense o debate, para que todos conheçam na realidade aquilo que nós pretendemos denunciar e, naturalmente, conhecer a defesa de quem tem a responsabilidade de manipular os recursos públicos.

Esta a manifestação final que trago sobre a figura do deputado Haroldo Leon Peres. Lembrem-se dela, porquanto se houver modificações, serão em decorrência da posição que S. Exa. vier a ocupar dentro de poucos meses. Mas ele é homem bom, afeto ao combate, o que nós somos também. Não escorrega.

V. Exa., nobre deputado Ivo Tomazoni, no aparte procurou dar ao público conhecimento dos diplomas e da presença do deputado Haroldo Leon Peres, neste Estado. E procurou fazê-lo a mim, daí a minha resposta a V. Exa., que isso em realidade seria plenamente dispensável, porque é evidente que eu conheço, que até privamos e nos entendemos, porém em campos nitidamente opostos. Porque à medida que ele afirma, consolida seus princípios arraigados, como consolidou no passado na UDN, eu o fizera no PTB, com a mesma intensidade, mesma força. E o derrotei dentro de Maringá, quantas vezes eu quis e o derrotei em outras vezes, se for desafiado.

Esta a minha manifestação final, sem com isto pretender jamais trazer para o campo pessoal qualquer indisposição que possa advir dessa luta entre eu e ele. Nós mantemos nossos entendimentos altos, mas na hora da campanha nos encontraremos inevitavelmente e, indiscutivelmente ele a defender e eu a criticar a enormidade da violência que se pratica contra a família brasileira e contra a família paranaense de acordo com os postulados e a programação do meu partido, Organização Nacional, plenamente válida na aceção da palavra.

Al está a manifestação final que encerra a minha passagem pela tribuna. Muito obrigado, sr. Presidente, srs. deputados. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente ao nobre deputado Olivir Gabardo, inscrito.

O SR. OLIVIR GABARDO — Sr. Presidente, srs. deputados. Fomos realmente surpreendidos no dia de hoje com o encaminhamento de um requerimento por parte da Chapa Renovadora nesta Casa, solicitando um voto de confiança ao sr. Presidente da República pela escolha do futuro Governador do Estado do Paraná. Confesso que, responsável pela liderança de minha bancada, penso de momento não usar da tribuna no Grande Expediente para discutir aquele requerimento na sessão de hoje. Por questão de respeito e de ética à gloriosa bancada da ARENA, que detém a maioria nesta Casa, não pedi a palavra para discutir aquele requerimento, fato que resultaria na transferência da votação para a sessão de amanhã. Não poderia também deixar passar esta oportunidade sem fixar a posição do partido em relação ao processo eleitoral de escolha de governadores que se faz por este Brasil afora.

Sempre fui um homem devotado ao respeito à lei. Por princípio e por convicção um democrata, jamais pude compreender a democracia como sendo aquele regime que se distancia de sua mais suprema fonte, que é o povo.

E se já disseram outros companheiros, desta tribuna, que o MDB aceitara o jogo que escolhera os governadores, foi apenas por considerarem que estávamos atravessando ainda uma fase que era a fase dita revolucionária, mas devemos constatar que o princípio constitucional determinando a eleição indireta, adviria não de uma Constituinte, A Constituição Federal que aí está e uma Constituição outorgada e a Estadual uma simples Constituição adaptada. Portanto aí não tivemos a votação do povo, manifestada por uma Assembleia Constituinte. O que nos deixa, portanto, em liberdade para, conforme a ocasião, definirmos os princípios que norteiam a nossa atividade política como partido realmente organizado.

Mantemos, pois, a fidelidade à democracia, dizendo que todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

Assim foi que, um ano após a implantação do regime revolucionário o então presidente da República, marechal Castelo Branco, quando as forças que estavam ao seu lado exigiam eleições indiretas, teve a coragem, diremos até de se manter numa posição elegante, dando ao Brasil eleições populares, eleições diretas, e vários governadores foram eleitos em memoráveis pleitos repletos e disputados, sem que com isso houvesse quebra da normalidade dentro deste País.

Era justamente isto que nosso Partido esperava. Que passados seis anos da implantação do regime que se propôs estabelecer a democracia no País, tivéssemos agora repetido aquele episódio e aquele gesto do então Presidente, que era o das eleições diretas, permitindo que o povo se manifestasse livremente nas urnas.

E pois, com este espírito, e a fim de que não traíssemos os nossos princípios, que queremos nos definir. A bancada do MDB nesta Casa não irá votar este requerimento e, portanto, irá abster-se dessa votação. Portanto, a bancada do MDB fixará posição na hora do encaminhamento da votação da matéria.

O SR. OLAVO FERREIRA — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, não poderia ser outra a atitude de V. Exa. nesta oportunidade, como líder do MDB nesta Casa. Entretanto, "data vnia" do ponto de vista exposto por V. Exa., gostaríamos apenas, também, de manifestarmos dizendo que o próprio sr. Presidente da República, pela vez primeira na história do Brasil, ele mesmo afirmou da necessidade de se começar a falar a verdade. E linguagem dele mesmo, linguagem alta, séria, em seus pronunciamentos, procurando sempre demonstrar à Nação que passamos por uma fase de transição que é revolucionária, e que muito mais depende dos políticos do que dele mesmo, para que tenhamos o País inteiramente voltado à democracia. Então, o argumento de V. Exa., nobre Deputado, já foi dito pelo líder da Arena, que é o sr. Presidente da República, e, portanto, não pelo MDB, "data vnia" do respeito que temos a V. Exa. E norma constitucional e nós aceitamos, porque sabemos o período de exceção por que passa o País. Como bem disse o nobre deputado Ivo Tomazoni, cabe a V. Exa., do MDB ativo, valoroso que em dado muita colaboração extraordinária nesta Casa, numa oposição das mais sérias que conhecemos, defender seu ponto de vista, e colaborar decisivamente, ao lado dos arenistas, para que seja o mais breve possível antecipada esta grande data da redemocratização de nosso País.

Portanto, nobre Deputado, respeitando o ponto de vista de V. Exa., gostaríamos que V. Exa. compreendesse os nossos pontos de vista, da mesma maneira como nós respeitamos os vossos. Achamos que V. Exa. está perfeitamente cumprindo, nesta Assembleia, o papel que cabe à oposição, ao manifestar, num desejo que também é nosso, o de ver este País voltar à normalidade democrática. Este é o desejo do sr. Presidente da República este é o desejo também da Arena, e, naturalmente, V. Exa. está demonstrando ter o mesmo desejo.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lembra ao orador que dispõe de somente dois minutos para encerrar a sua oração.

O SR. OLIVIR GABARDO — Nobre deputado Olavo Ferreira, agradeço o aparte de V. Exa., mas devo dizer que realmente vim à tribuna fazer um pelo Brasil afora. Mas também digo a V. Exa., porque V. Exa. disse que, após as palavras do sr. Presidente da República, definindo a questão, não jogo da verdade, que S. Exa., o Sr. Presidente da República tem decantado caberia ao MDB outra alternativa senão aquela de seguir o que S. Exa., o sr. Presidente da República dissera. Mas, digo a V. Exa. que a verdade não tem dono; S. Exa., o sr. Presidente da República, com o alto respeito que me merece, não é o dono absoluto da verdade, e com a verdade ali está o nosso ponto de vista e o ponto de vista de S. Exa. deve ser discutido. Isso é o que queremos e, quanto ao restabelecimento pleno da democracia, o que desejamos é que ele se efetue rapidamente, já vem tarde, porque após 6 anos desse período que estamos vivendo, já deveríamos ter ingressado em plena democracia.

Que esse jogo da verdade se faça em sua plenitude e não apenas lateralmente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Alencar Furtado, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 270/69, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Estudos Sociais do Paraná — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 270/69

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada como de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANÁ", com sede na Cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1970.

aa) Silvio Barros — Presidente

Agnaldo Pereira Lima — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 321/68, criando no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Alvorada D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome. Em discussão. Sobre a mesa há um requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando a retirada do mesmo por 30 sessões. Em votação o requerimento. — Aprovado. Será retirado da Ordem do Dia.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 321/68

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo e Judiciário de Alvorada D'Oeste, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— Da divisa do Município de Leônidas Marques, pelo rio Gonçalves Dias até encontrar cruzinha, Oeste até encontrar a cabeceira do arroio Silveira, por este abaixo até encontrar o rio Andradá abaixo até encontrar a divisa de Leônidas Marques.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1968.

aa) Agnaldo Pereira Lima — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator

— 3.º DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 18/68, ex-Proposição n.º 540/67, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, autorizando a realização de Plebiscito, para fins de anexação ao Município da Araruna, na área do Município de Teneiras D'Oeste. Parecer Favorável da C.C.J. — Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, apresentado pelo sr. deputado Erondy Silvério, com a assinatura de mais 23 srs. Deputados da ARENA, solicitando o envio de Moção, através de telex, a Sua Excelência o Presidente da República, general Emílio Médici.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, para solicitar a V. Exa., primeiro, que se proceda a chamada dos srs. Deputados para verificação de quorum e, em segundo lugar, que a votação do requerimento do sr. deputado Ivo Tomazoni seja feita de maneira nominal.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferiu a Questão do Ordem levantada pelo nobre deputado Erondy Silvério.

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente requiro de V. Exa. que, antes de proceder à chamada dos srs. deputados, faça soar a campanha para que os srs. deputados que estão em trabalho nas Comissões possam comparecer à votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferiu a questão de Ordem do sr. deputado Olavo Ferreira.

(Faz soar a campanha)

O sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos srs. deputados para verificação de quorum.

(É feita a chamada)

21 srs. deputados responderam à chamada. Há quorum para votação.

Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, que pede que a votação do requerimento seja feita nominalmente. Aprovado. Sendo a votação nominal, os srs. deputados que desejarem votar a favor dirão "sim", os contrários, "não".

O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. deputados.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, ao deliberar sobre o requerimento dirigido à Mesa pelo nobre deputado Erondy Silvério, V. Exa. elucidou a maneira de votação dos srs. deputados, pelo "sim" e pelo "não". Todavia, o nobre líder de nossa bancada, deputado Olívio Gabardo, anunciou que se absteria de votar. Consequentemente, não ficaremos na faixa do "sim", nem na do "não", exatamente porque não vamos votar.

Era apenas isso que queria esclarecer à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário continuará com a chamada nominal dos srs. deputados para a votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, o requerimento regimentalmente necessitaria de discussão.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, parece-me que em matéria objeto de discussão somente podem intervir os deputados que votam a favor ou contra; isto nos termos do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — Para esclarecimento a Mesa irá ler o art. 153 do Regimento Interno que diz:

"Nenhum deputado presente poderá se abster de votar, salvo:

a) — se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ou acompanhado os debates sobre a matéria em deliberação;

b) — se se tratar de causa em que tenha interesse individual".

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, acho que não resta mais nada à Mesa senão encerrar a discussão e proceder à votação, desde que a eminente bancada do MDB, como não poderia deixar de ser, absteve-se de votar. Quem se absteve de votar se absteve de discutir.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem) Sr. Presidente, em que pese o respeito que sempre tenho ao raciocínio lúcido do líder do Governo, admito-me sempre das decisões sábias da Presidência da Casa, mormente aqueles que estão regimentalmente colocados no Regimento Interno.

Até hoje, nestes três anos que aqui estou, não vi nenhuma matéria deixar de ser discutida livremente pelos srs. deputados. Apelo para que não se fuja à regra regimental da discussão da matéria. Este é o apelo que faço.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — (Pela ordem) Sr. Presidente, se não valessem os argumentos já expendidos há pouco a respeito desta controvérsia, devo lembrar à Mesa e à Casa que a fase de discussão já passou. V. Exa. tinha colocado em fase de votação quando o ilustre deputado Erondy Silvério propôs que se votasse nominalmente, além da chamada nominal anteriormente realizada. Nestas condições, não há mais o que discutir a respeito de discussão, porque a matéria está em votação.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, srs. deputados.

Em que pese a opinião do ilustre deputado Antônio Lopes Júnior, venho acompanhando com muita atenção o encaminhamento desta matéria.

V. Exa. colocou em discussão quando o ilustre deputado Erondy Silvério solicitou uma Questão de Ordem, para apresentar duas proposições. A votar essas duas proposições, V. Exa. não encorreu a discussão da matéria, tendo-a colocado em votação, sem sequer haver anunciado que havia sido encerrado o período das discussões; portanto o nobre deputado Erondy Silvério, que aqui está presente, poderá afirmar se ele não havia solicitado a palavra, Pela Ordem, para solicitar dois requerimentos, que foram votados, e V. Exa. não encerrara a discussão da matéria.

Dado o fato de eu vir acompanhando com a máxima atenção o desenrolar desses acontecimentos peço a V. Exa. que, antes de colocar a matéria em votação, coloque-a em discussão.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, pedi a palavra para discutir o requerimento e, regimentalmente, na primeira apreciação da matéria em discussão, quando se pede para discutir, se prolonga para outra sessão, prorroga-se para outra sessão, a matéria. Então, quero que a Mesa me assista o direito que tenho de valer-me das minhas prerrogativas regimentais.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, ninguém põe em dúvida, a ARENA não põe em dúvida o direito que tem o nobre deputado Alencar Furtado, de discutir qualquer matéria que esteja em votação, entretanto, desde que o MDB declarou previamente que se absteria de votar porque era uma Moção a um candidato da ARENA, não vejo objetivo em os deputados do MDB quererem discutir uma matéria que eles não irão votar, eis que já declararam que irão se abster.

Falamos então um apelo ao nobre deputado Alencar Furtado, que deixe que a ARENA resolva a sua paradinha, e respeitaremos também, quando for a vez do MDB.

O SR. SILVIO BARROS — (Pela Ordem) Sr. Presidente é necessário que se anote que nunca nós nos antecipamos a uma resolução de bancada. Tenho em mente, e a memória é viva, de que me propunha a votar contra o requerimento, ou nos retiráramos, ou nos absteríamos de votar, dependendo da manifestação da liderança da nossa bancada, que na oportunidade aqui estava. Assim, como deputado de oposição, chegando ao Plenário neste instante, porquanto atenda, no preciso momento, a uma delegação do município que represento, vim aqui tomar conhecimento de qual a posição de nossa bancada, daí porque não aceitar a idéia de que já nos pronunciemos antecipadamente.

O SR. PAULO CAMARGO — Mas a bancada já havia se declarado

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, vários oradores do MDB se fizeram ouvir e finalmente, o nobre líder do MDB foi à tribuna e disse que aproveitava, no Grande Expediente, para manifestar o seu pensamento a respeito da Proposição de Moção de Apoio ao candidato ao Governo, deputado Haroldo Leon Peres. Disse não desejar que a matéria fosse adiada, porque o MDB iria se abster de votar. Já que ele, como líder da bancada, manifestou-se contra a discussão do requerimento na hora oportuna e declarou que o MDB iria se abster de votar, quer me parecer que é ponto pacífico e somente quem irá votar na oportunidade é a bancada da ARENA, no meu modo de entender, sendo válida a palavra, como sempre foi, do líder do M.D.B.

O sr. Sílvio Barros — (Pela ordem) — Permita-me, sr. Presidente, expender minhas modestas considerações sobre o assunto em pauta; entendo, com o devido respeito que tenho por todos os srs. deputados nesta Casa que, inevitavelmente, o requerimento ora em apreciação envolve matéria política de transcendental importância. Sem dúvida, é uma manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná que implica inclusive em situação de ordem regional, como publicam os grandes diários da imprensa nacional. Assim, sr. Presidente e srs. deputados da Arena, eu admito e entendo que seria cercar o direito sagrado que tem o deputado Alencar Furtado, que representa a região muito próxima à originária do futuro Governador. Seria difícil, inclusive para S. Exa., amanhã proceder a uma campanha em praça pública, sem ter base naquilo que aqui deixou consagrado e registrado em ata na oportunidade em que se discutiu a matéria. Apelo para o espírito altamente democrático do ilustre e nobre Líder do Governo, que dê oportunidade ao nosso companheiro de partido para registrar a sua posição pessoal, pois que terá campanha pela frente e haverá inclusive de manifestar a sua opinião, naturalmente tendo imperiosa necessidade de fundamentar seu pensamento nos Anais da Assembleia Legislativa do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa vai decidir a questão de ordem. A discussão já foi encerrada, tanto que a Presidência já havia inclusive esclarecido ao Plenário como proceder à votação nominal. As questões de ordem não procedem. A Mesa determina ao sr. Secretário que faça a chamada para a votação nominal.

O SR. ALENCAR FURTADO — (Para encaminhar a votação) — Lamentavelmente, a Mesa violentou o direito da oposição nesta Casa. Desgraçadamente a decisão tomada por V. Excia. feriu norma regimental, ferindo, em consequência, o direito do povo do Paraná, representado por nós, da bancada do M.D.B. Nos foi negado o direito de discutir a matéria. O nobre líder é testemunha, acreditado em sua honra e em seu testemunho. O que foi discutido e votado foi o requerimento de S. Exa. sobre o sistema de votação nominal, e outro requerimento sobre problema de quorum. Este foi discutido e votado e, naquele instante, eu inquiri V. Exa. na presença dele, o que se discutia e votava e recebi a resposta que se votava o requerimento de S. Exa., não podendo jamais ficar calado, sr. Presidente, quando se nega a verdade, a Casa inteira num episódio vulgar que deve ser de rotina, quotidiano aqui. Não podemos suportar, sr. Presidente, que à nossa frente se estrangule, se esmague um direito legítimo, ainda com a própria malversação da verdade. Dizendo isto, sr. Presidente, quero apenas que as notas tipográficas da Casa registrem o meu protesto veemente, porque senão eu próprio passarei por boçal comigo mesmo, não me renego jamais, e até hoje, nos meus 45 anos, graças a Deus, tive forças para reagir o que me impingiam pela violência e pelo arbítrio. Dito isto, quero encaminhar a votação, já que sei, salvo se V. Exa. me permitir, de que a minha objurgatória não se lance sobre a pessoa de V. Exa. por inteiro, pela opção que ofereço a V. Exa. neste episódio que, por equívoco, possa V. Exa. se ter conduzido, e inclusive senão, jogo para o Plenário que receba o meu apelo como recurso na decisão de V. Exa., para que o Plenário a aprecie antes do encaminhamento da votação.

(O orador ainda permanece na tribuna)

O SR. ERONDI SILVEIRO — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpas ao nobre deputado Alencar Furtado, por interromper o seu projeto, que talvez a concepção na verdade seja correta. Mas como S. Exa. invocou nosso testemunho nós vamos nos abster de público, porque realmente, nós não nos lembramos se V. Exa. tinha ou não encerrado a discussão da matéria.

Todavia, sr. Presidente, não me leve a mal o nobre deputado Alencar Furtado, mas nós solicitamos esta questão de ordem, a fim de que V. Exa. faça cumprir o Regimento Interno da Casa. O protesto do nobre deputado Alencar é extemporâneo, porquanto o próprio Regimento diz da maneira de fazê-lo corretamente.

As decisões da Mesa são soberanas e qualquer contestação às mesmas devem ser feitas por escrito, para posterior decisão da Mesa. Porquanto, nós da bancada da ARENA, embora respondendo dentro do Regimento, não podemos permitir que, neste instante, recaia sobre a Mesa o protesto que não consideramos justo, porquanto não podemos aquilatar se V. Exa. havia ou não encerrado a discussão da matéria. Mas temos que nos louvar naquilo que afirma a Mesa, porque a ela devemos respeito, como a suprema dirigente dos trabalhos do Poder Legislativo do Estado do Paraná. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao orador que dispõe de apenas sete minutos para concluir sua oração.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, a bancada da oposição foi violentada no seu direito legítimo de discutir a matéria, nesta Casa. Estando às vésperas da votação de matéria de tão alta relevância, transcendental até para os destinos do Paraná, é suprema injustiça marginalizar o verbo da oposição, na discussão de matéria, neste Poder. Acho até, sr. Presidente, que afetado ficou o requerimento, maguando-se-lhe desnecessariamente, salpicando-se-lhe, tirando a pureza que pudesse haver na intenção de seus subscritores, deixando, em consequência, maculada pelo processo que se criou extemporaneamente nesta Casa, no encaminhamento da mesma. Acreditado que o próprio homenageado não se sinta bem ao dar com a matéria objeto desse requerimento, que tem por endereço a sua pessoa, e não foi concedida a palavra livre da oposição para livremente dizer o seu pensamento a cerca da Moção apresentada. Eu creio que obraram mal, sr. Presidente, porque a homenagem deixou de ser homenagem; a Moção de louvor deixou de haver louvor, sr. Presidente. Viçiam a Moção não tem beleza, pouca significação já é agora, porque essa sistemática à violentação de um direito, porque o "olimpio presidencial", por exemplo, diz e fica dito. Porque o Paraná não foi bem ouvido neste episódio. Porque quando o Governador do Paraná e S. Exa. o sr. Senador Ney Braga chegaram em Brasília, a consideração já estava consumada. Que respeito foi oferecido ao Paraná? Que consideração foi emprestada aos seus homens públicos? Que processo de violentação a um povo inteiro de um Estado? Processo que se repete aqui agora, sr. Presidente, talvez melhor fizesse eu de me calar face ao apóstrofo o que houve aqui. Mas jamais poderia assim proceder, porque assim como o ilustre deputado Sílvio Barros, assim como o nobre líder da minha bancada, eu também queria ter o direito de, discutindo a matéria, dizer, como parede e meia residindo com Maringá, do que vai na minha alma, em tão grosseiro episódio. Fui brido, fui bricado, fui vetado, fui esbulhado discricionariamente. Mas quero dizer, reiterando conceitos expendidos por vários, que nós que respeitamos a lei, que somos servos do Direito, nós, acreditamos ainda nos partidos, políticos do Brasil, em tese, na interpretação do texto constitucional. Mas vemos o Partido oficial submisso, a vontade do povo mais ou menos descaçada, as suas lideranças respeitáveis em colisão. O constrangimento de um ou de

outro e o povo sem ser ouvido nem cheirado. O partido, a Aliança Renovadora Nacional do Paraná, em outros Estados do Brasil, não terá o direito, acredito eu, não terá o direito de mudar de rumo, de trocar candidatos, de disputar na opção democrática que unge de beleza cívica os pleitos convencionais. Não terá, porque faltará-lhe a união popular ou até mesmo dos componentes do diretório regional. Por que?

Porque não lhe consente. Porque não lhe permitem, porque foi trucidado o Direito que é menos da Arena que do povo do Paraná.

Sr. Presidente, nós do MDB — e há poucos instantes o Líder da minha bancada foi inquirido sobre isso, na Guanabara, vamos proceder convencionalmente: 3 ou 4 candidatos do MDB disputarão, e disputarão livremente. E só não será livremente se o discricionarismo ou a arbitrariedade recair sobre a soberania daquela convenção, senão nosso comportamento será soberano, será livre. Daí porque um respeito todo especial a um povo inteiro, não podemos nos curvar numa louvação que diz tão pouco a uma moção como esta, porque se na intimidade que não tenho do sr. Governador do Paraná lhe for e perguntar, em confidência, se ele está satisfeito...

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência informa ao nobre orador que está findo o tempo para encaminhamento de votação.

O SR. ALENCAR FURTADO — Só para arrematar, sr. Presidente.

Se está satisfeito com a fórmula aventada à sua revelia, eu tenho certeza de que ele dirá que não. Se perguntar do Senador Ney Braga se ele está satisfeito com esta indicação do sr. Leon Peres, eu tenho certeza de que no seu coração, na sua consciência, ele tem frustrações postulantes.

Mas, sr. Presidente, como não tive tempo para discutir e nem tenho para terminar meu pensamento encadeado, quero deixar apenas declarada minha posição em termos de tese nacional, em termos de programática emendabilista, em termos de Paraná, porque respeitamos demais este grande povo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento já lido da tribuna. O sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal para o votação do requerimento.

(É feita a chamada)

19 srs. Deputados votaram "sim"; três srs. Deputados votaram "não". — Aprovado o requerimento.

Requerimento de autoria do sr. deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando a retirada de requerimento de sua autoria em que solicita a concessão de 30 dias de licença. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. Deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Maria Stela Costentino. — Aprovado.

Esta Presidência lembra aos srs. Deputados que amanhã, após o término da sessão ordinária, haverá outra, em caráter extraordinário, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 8-70.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 29 (vinte e nove), quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 317-68;

Redação Final — do Projeto de Lei n. 233-68;

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 124-69.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 208-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1977, de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Durval Estevão de Almeida, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de licença, para tratamento, em prorrogação, a partir de 19 de abril de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 209-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 1970, de 16 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Maria da Conceição Rodrigues, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1970, a partir de 19 de abril de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 210-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 2082, de 22 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gabriel Quesada Filho, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1970, a partir de 25 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 211-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. ..., de ... de 19..., deste Poder,

RESOLVE:

lotar no Serviço de Assistência Judiciária, Dimitrya Pirih Maranhão, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Gabinete da Diretoria, em 28 de abril de 1970

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral